

## REFLEXÕES SOBRE OS CONTRATOS CATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

**JOSÉ TADEU NEVES XAVIER**

*Advogado da União em Porto Alegre, Mestre e Doutorando em Direito pela UFRGS,  
Professor na Unisinos no IDC, na Escola da Magistratura do Rio Grande do Sul – Ajuris, e professor na  
Fundação Escola da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul – FESDEP.*

**Resumo:** Os contratos cativos de longa duração representam um aspecto importante da nova teoria dos contratos na pós-modernidade. Entretanto, a abordagem do tema enseja a necessidade de enfrentamento de uma série de questões relativas à dinâmica desse modelo contratual, em especial quanto às cláusulas que estabelecem onerosidade excessiva. As soluções para essas questões terão que seguir os parâmetros constitucionais, com atenção especial à observância dos direitos fundamentais.

**SUMÁRIO:** 1 Introdução; 2 Crise e Transformação da idéia Tradicional de Contrato; 3 Definição de Contratos Cativos de Longa Duração; 4 Principais Características dos Contratos Cativos de Longa Duração; 5 A Natureza Dinâmica dos Contratos Cativos de Longa Duração; 5.1 A Evolução Tecnológica e a Equivalência Contratual; 5.2 A Nulidade da Cláusula de Modificação Unilateral do Contrato; 5.3 A Onerosidade Excessiva; 5.4 O Dever de Cooperação nos Contratos Cativos de Longa Duração; 5.5 Considerações Finais; 6. Referências.

### 1 INTRODUÇÃO

A massificação das relações sociais, além de ter proporcionado inúmeras modificações no mundo dos negócios, diversificando os métodos de contratação e impondo alterações nos modelos contratuais tradicionais, trouxe, no plano da teoria dos contratos, a necessidade de novas reflexões sobre essa matéria de importância vital para a ciência do Direito.<sup>1</sup>

Dentre as novas realidades surgidas pela massificação das relações negociais, podem ser destacados o surgimento e o crescimento acelerado de contratos cativos de longa duração,<sup>2</sup> típicos da contratação de massa, que, como o nome já indica, criam uma posição de *catividade* ou *dependência* dos consumidores (clientes) .

<sup>1</sup> Entretanto, cabe trazer à colação a esclarecedora afirmação feita por Ronaldo Porto Macedo Junior que, de forma lúcida, demonstra que “a teoria contratual clássica não deixou de ser coerente em si mesma. Apenas o mundo no qual ela insiste em sobreviver, enquanto formulação ortodoxa a tornou insatisfatória e incoerente com aquilo que a experiência jurídica contemporânea freqüentemente reconhece significativamente como contrato. A historicidade das categorias jurídicas reside nesse seu aspecto significativo cambiante. É tarefa comum do jurista e do sociólogo do direito a compreensão dessas mudanças de significados” (In: *Contratos relacionais e defesa do consumidor*, Max Limonad, 1998, p. 370).

<sup>2</sup> A expressão “contratos cativos de longa duração” foi criada por Cláudia Lima Marques, na 2. ed. de sua clássica obra sobre Contratos no Código de Defesa do Consumidor. A autora inspirou-se na doutrina germânica (contratos de longa duração) e nos ensinamentos de Carlos Alberto Ghersi (contratos cativos). Esta autora aponta também a possibilidade de utilização de outras nomenclaturas para designar esta nova realidade negocial: ‘contratos múltiplos’, ‘serviços contínuos’, ‘relações contratuais triangulares’, ‘contratos de serviços complexos de longa duração’ e ‘contratos pós-modernos’ (In: *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*. 4. ed. São Paulo: RT, 2002. p. 79).

Claudia Lima Marques lembra que a catividade, elemento essencial desse modelo, deve:

Ser entendida no contexto do mundo atual, de indução ao consumo de bens materiais ou imateriais, de publicidade massiva e métodos agressivos de 'marketing', de graves e renovados riscos na vida em sociedade, e de grande insegurança, quanto ao seu futuro.<sup>3</sup>

Portanto, há uma inequívoca *mensagem* que subliminarmente deflui dessa nova modalidade negocial – como condutora da catividade, garantindo longa vida a essa relação –, que é a promessa de algo futuro, que servirá como elemento impulsionador da relação contratual para a perpetuidade.

Nessa nova realidade contratual a relação negocial é formada contando, em muito, com a expectativa criada no consumidor: promessa de *status*, de segurança, de tranquilidade, entre outros valores.

## 2 CRISE E TRANSFORMAÇÃO DA IDÉIA TRADICIONAL DE CONTRATO

A pós-modernidade – para aqueles que aceitam essa denominação<sup>4</sup> – não passa *in albis* pela Ciência do Direito. Muitas e diversificadas são as discussões que ela proporciona.<sup>5</sup> No campo das relações contratuais não poderia ser diferente. Questiona-se sobre a possibilidade de se afirmar a existência de uma teoria pós-moderna dos contratos. E, em caso positivo, se essa concepção subsiste a anterior ou a ela se soma para garantir o apego do direito dos contratos à evolução da realidade social.

Nesse assunto as dúvidas são pródigas, mas esse estado permanente de incertezas e angústias, com o qual somos impulsionados a conviver, nos faz enxergar que a dúvida é um dos elementos da pós-modernidade. Não se pode conceber qualquer abordagem segura, única, no Direito do contexto pós-moderno – ou seria possível?<sup>6</sup> A

<sup>3</sup> In: *Contratos bancários em tempos pós-modernos: primeiras reflexões*. p. 19.

<sup>4</sup> Jürgen Habermas prefere a utilização da expressão modernidade, indicando sua opção por esse termo no entendimento de que a modernidade ainda se mostra como um projeto inacabado (In: *La modernidad: un proyecto inacabado*, *Ensayos Políticos*. Tradução Ramón García Cotarelo. Península, p. 265). O sociólogo Zygmunt Bauman, ao analisar a sociedade atual, se vale da expressão 'modernidade líquida', em contraposição à 'primeira modernidade', antiga modernidade. O autor identifica '*modernidade líquida*' como sendo aquela na qual tudo pode ser desfeito, e o que era novidade na véspera é '*desmanchado*', de forma que nada se mostra permanente. Tudo nasce sob o signo da provisoriidade (In: *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001). Nessa mesma linha é o discurso de Luís Roberto Barroso que, ao analisar as influências da pós-modernidade no Direito Constitucional, a trata como sendo a época na qual "o rótulo genérico abriga a mistura de estilos, a descrença no poder absoluto da razão, o desprestígio do Estado. A era da velocidade. A imagem acima do conteúdo. O efêmero e o volátil parecem derrotar o permanente e o essencial. Vive-se a angústia do que não pôde ser e a perplexidade de um tempo sem verdades seguras. Uma época aparentemente 'pós-tudo': pós-marxista, pós-kelseniana, pós-freudiana" (In: *Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro – pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo*. Revista do Ministério Público, n. 46, p. 29-30). Carlos Alberto Ghersi, ao analisar a situação dos profissionais (advogados) ante a pós-modernidade, aponta que "uno de los temas excluyentes de fin de siglo es sin duda todo lo vinculado a la 'posmodernidad', aun cuando muchas veces se esté hablando de ella sin establecerse a ciencia cierta bien de qué estamos discutiendo, pues sus distintos significados irrumpen con la realidad cotidiana de, y con las más diversas formas y contenidos" (In: *Los profesionales y la posmodernidad – los abogados*, *RDC*, v. 23-24, p. 25).

<sup>6</sup> Ovídio Baptista da Silva, ao abordar as modificações experimentadas pelo processo civil atual, enfatiza: "vivemos um tempo singular, que alguém qualifica de a 'era da incerteza'. Além do 'fim das certezas', como disse Ilya Prigogine, um dos mais respeitados físicos contemporâneos, nossa era notabiliza-se por uma compulsão e cada vez mais ampla destruição do que fora, na véspera, acolhido com entusiasmo" (In: *Coisa Julgada Relativa*. *Revista Jurídica*, v. 316, p.7, fev. 2004).

diversidade do mundo pós-moderno produz a dúvida, e passamos a ter que conviver com ela. O trabalho do jurista dessa época é buscar técnicas, meios, formas de se trabalhar com a diversidade, sem qualquer cogitação da possibilidade de extirpá-la do contexto social.<sup>7</sup>

Essas mudanças atingem os negócios, propondo um novo “estilo de vida”, no qual, como lembra Cláudia Lima Marques “da acumulação de bens materiais, passamos a acumulação de bens imateriais, dos contratos de dar, para os contratos de fazer, do modelo individualista da compra e venda para um modelo duradouro da relação contratual”.<sup>8</sup>

Entretanto, confirmando a idéia reinante do paradoxo na pós-modernidade, as novas relações não substituem as antigas fórmulas negociais, mas a elas se somam, até como uma alternativa para o preenchimento das lacunas deixadas pelos modelos tradicionais. É uma forma jurídica de

otimização da estrutura do mercado, que se mostra cada vez mais receptiva aos novos modelos contratuais.

Voltando aos ensinamentos de Cláudia Lima Marques, a pós-modernidade cria uma nova visão da engenharia contratual clássica: “são tempos de relações contratuais múltiplas, despersonalizadas e a durar no tempo e estender-se a toda uma cadeia de fornecedores de serviços e produtos. Tempos que impõem uma visão da obrigação como um processo muito mais complexo e duradouro do que uma simples prestação contratual, um dar e um fazer momentâneo entre parceiros contratuais teoricamente iguais, conhecidos e escolhidos livremente”.<sup>9</sup>

Os reflexos da incidência da realidade pós-moderna nos contratos, assim, nos colocam diante do surgimento dos contratos conexos, que proporcionam a formação de verdadeiras “redes contratuais”<sup>10</sup> e dos contratos cativos de longa duração.

<sup>7</sup> A questão é sintetizada por Cláudia Lima Marques: “Os chamados tempos pós-modernos são um desafio para o direito. Tempos de ceticismo quanto a capacidade da ciência do direito de dar respostas adequadas e gerais aos problemas que perturbam a sociedade atual e modificam-se com uma velocidade assustadora. Tempos de valorização dos serviços, do lazer, do abstrato e do transitório, que acabam por decretar a insuficiência do modelo contratual tradicional do direito civil, que acabam por forçar a evolução dos conceitos do direito, a propor uma nova jurisprudência dos valores, uma nova visão dos princípios do direito civil, agora muito mais influenciado pelo direito público e pelo respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos. Para alguns o pós-modernismo é uma crise de desconstrução, de desdogmatização do direito, para outros, é um fenômeno cultural arrebatador a influenciar o direito, que aumenta a liberdade dos indivíduos, mas diminui o poder de crítica, da evolução histórica e da verdade no Direito, fenômeno contemporâneo à globalização e as perdas da individualidade moderna, mas que assegura novos direitos individuais à diferença e aumenta o radicalismo das linhas tradicionais” (In: Contratos bancários em tempos pós-modernos – primeiras reflexões. *RDC*, 25, p. 21). Mais adiante a autora complementa: “é uma época de vazio, de individualismo nas soluções e de insegurança jurídica, onde as antinomias são inevitáveis e a desregulamentação do sistema convive com o pluralismo de fontes legislativas e uma forte internacionalidade das relações.” (Ibidem, p. 23).

<sup>8</sup> In: *Contratos bancários em tempos pós-modernos: primeiras reflexões*, p. 22.

<sup>9</sup> In: *Contratos de time-sharing e a proteção dos consumidores: crítica ao direito civil em tempos pós-modernos*, *RDC*, v. 22, p. 65.

<sup>10</sup> Quanto às redes contratuais, ver no direito comparado a obra de Ana López Frias, *Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal*, Jose Maria Bosch Editor S. A., Barcelona, e de Jorge Mosset Iturraspe, *Contratos conexos: grupos y redes de contratos*, Rubinzal Culzoni, Buenos Aires, 1999. No Brasil o tema é analisado na obra Ronaldo Porto Macedo Júnior, *Contratos relacionais e defesa do consumidor*.

O jurista alemão Erik Jayme, ao tratar do tema da pós-modernidade e de suas influências no direito, indica o contrato de *time-sharing* – multipropriedade ou de tempo compartilhado – como o modelo negocial referencial dessa nova realidade.<sup>11</sup> Uma análise, mesmo que breve, dessa espécie contratual confirma esta assertiva. No *time-sharing* há uma diversidade de relações, traduzindo-se em uma série de contratos coligados, com inequívoco destaque para a prestação de serviços; a formação dessa relação é fruto de estratégias de marketing previamente preparadas para seduzir os consumidores, criando-lhes múltiplas expectativas e caracterizando-se pela sua longa duração.<sup>12</sup>

### 3 DEFINIÇÃO DOS CONTRATOS CATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

A noção sobre os contratos cativos de longa duração deve ser buscada em dois elementos essenciais, que lhes servem de referência: o tempo e a catividade. O primeiro encerra a idéia de continuidade, ou, pelos menos, a aptidão para terem uma longa

duração, o que identifica em grande parte essa modalidade contratual.<sup>13</sup>

Entretanto, a existência de contratos de longa duração, ou seja, que se estendem no tempo, já é bastante conhecida da teoria contratual, que os contrapõe aos contratos de execução instantânea, que são aqueles que se cumprem por uma só prestação.<sup>14</sup>

Na sistemática tradicional são encontradas diversas fórmulas contratuais que representam esta modalidade vinculada à longa duração, como a locação, o mútuo, o depósito, entre outros. Assim, é inevitável a identificação do elemento catividade, pois é ele que irá, essencialmente, particularizar esta espécie.

A catividade deve ser compreendida em dois momentos. Inicialmente, ela é representativa das técnicas de marketing utilizadas antes da formação do contrato, de forma a convencer o contratante em relação às conveniências da contratação. Trata-se de situação típica da sociedade de massa

<sup>11</sup> In: *Identité culturelle et intégration: Le droit international privé postmoderne* – Cours général de droit international privé 1995, publicado na *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye*, 1995, v. II, p. 36.

<sup>12</sup> Cláudia Lima Marques, ao tratar do tema explica: “seu sucesso deve-se também ao momento pós-moderno, da procura do lazer, do internacional, da segurança de um momento especial de férias, do desejo dos turistas de ter, pelo menos por algumas semanas, uma ‘casa de férias’ própria. É, no dizer de Erik Jayme, um contrato envolvendo sentimentos nostálgicos” (In: *Contratos de time-sharing e a Proteção dos Consumidores: crítica ao direito civil em tempos pós-modernos*, p. 71).

<sup>13</sup> Cláudia Lima Marques apresenta os seguintes exemplos de contratos cativos de longa duração: “as novas relações banco-cliente, os contratos de seguro-saúde e de assistência médico-hospitalar, os contratos de previdência privada, os contratos de uso de cartão de crédito, os seguros em geral, os serviços de organização e aproximação de interessados (como os exercidos pelas empresas de consórcio e imobiliárias), os serviços de transmissão de informações e lazer por cabo, telefone, televisão, computadores, assim como os conhecidos serviços públicos básicos, de fornecimento de água, luz e telefone por entes públicos ou privados”. (In: *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*, 4. ed. RT, p. 79).

<sup>14</sup> Segundo Francesco Messineo, o contrato instantâneo é aquele que “comporta una sola ejecución en cuanto esta ejecución agota su razón de ser. En este caso se llama de ejecución única o instantánea, con lo que se quiere significar, no que el contrato recibe ejecución inmediata – ésta es otra cosa – sino que el contrato se ejecuta uno actu, es decir, con una solutio única, y con esto mismo queda agotado”. (In: *Doctrina general del contrato*, p. 429).

na qual vivemos.<sup>15</sup> Para o desempenho deste papel são desenvolvidas modernas técnicas publicitárias que envolvem os consumidores, levando-os muitas vezes a firmar a contratação sem uma adequada reflexão.

O aparato de marketing que geralmente acompanha os contratos cativos costuma ser muito incisivo e preparado para atingir diretamente a vontade dos destinatários e garantir um número cada vez maior de contratações. Da mesma forma, o momento de execução dessas práticas é cuidadosamente escolhido, visando chegar ao consumidor quando este se encontra despreparado para resistir às tentações típicas da atual sociedade de consumo.

A intensidade e a insistência da publicidade são elevadas ao grau máximo, de forma a atingir toda a sociedade, por um lapso temporal cada vez maior, gerando maior garantia de eficácia no sentido da formação de contratos.

Mas a questão que parece se destacar neste contexto é o caráter de convencimento da “catividade”, no qual a empresa se apresenta como a concretizadora das mais diversas aspirações do indivíduo, seja de ordem estética, psicológica, emocional ou social. A empresa assume o papel de realizadora de sonhos, cativando o consumidor, ela é a parceira que o vai levar até onde ele sempre quis estar. A técnica da

catividade é, em suma, um *processo de sedução* dos consumidores.

Um segundo aspecto da catividade é vislumbrado após a formação do contrato, quando essa expressão passa a ser entendida como situação de dependência e fragilidade do consumidor diante do contrato firmado, o que é facilmente perceptível nos contratos de seguro-saúde e em diversas situações da seara bancária.

O contrato cativo de longa duração, uma vez estabelecido, passa a fazer parte da vida do consumidor, de forma inseparável, extremamente significativa para o seu convívio em sociedade. O contrato é o seu ponto de segurança para enfrentar as intempéries da vida, tornando-se uma necessidade de extrema importância, inclusive para sua realização pessoal.

Assim, os contratos cativos de longa duração podem ser entendidos como aqueles típicos da sociedade massificada, que têm sua formação aparelhada por intensas formas de marketing, que se estendem no tempo, passando a fazer parte da vida do consumidor de forma que a sua manutenção passa a se tornar uma necessidade do contratante.

Os contratos cativos de longa duração, entretanto, não podem ser confundidos com os *contratos em rede*, embora mantenham, em relação a

<sup>15</sup> José Luiz Diez-Picazo explica esse fenômeno: “não basta o fenômeno externo da aglomeração ou das multidões para que se possa falar de massas ou de sociedade de massas. De algum modo, o fato característico, ainda que constitua uma redundância, é que a sociedade não é de pessoas, mas de massas. As massas se pensam como conjuntos humanos nos quais o homem se integra como um ser anônimo e despersonalizado”. (apud Judith Matins Costa. O contrato na história dos pactos, p. 510).

estes, considerável aproximação, pois ambos representam um novo viés dos contratos na pós-modernidade.

Ana López Frias aponta a existência da conexão contratual quando vários sujeitos celebram dois ou mais contratos distintos, que representam uma estreita vinculação funcional entre si, em razão de sua própria natureza, ou da finalidade que os informa, vinculação esta que é ou pode ser juridicamente relevante.<sup>16</sup>

Assim, as redes contratuais representam uma técnica de divisão da participação contratual entre várias empresas, de forma a gerar uma relação complexa, como ocorre nos contratos de turismo.<sup>17</sup> Cabe notar que apesar de vários contratos em rede poderem se apresentar com longa duração – contratos de seguro-saúde –, isso nem sempre acontece. A combinação entre contratos em rede e a catividade vinculada à longa duração costuma mostrar-se bastante fértil e prodigiosa, quase que numa justaposição perfeita, mas trata-se de modelos autônomos, que podem subsistir de forma isolada.

#### 4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS CATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

Apesar da fluidez dos modelos contratuais pós-modernos, é possível

arriscar a indicação de alguns aspectos que de alguma forma se fazem presentes nessas espécies negociais. Entretanto, tais características representam apenas uma tendência, o que confirma a complexidade pós-moderna.

A primeira característica a ser verificada nos contratos cativos de longa duração é o desapego à normatividade, ou seja, a atipicidade. Percebe-se a presença deste aspecto nos contratos que compõem o sistema de cartão de crédito, *time-sharing*, relações negociais entre lojistas e empreendedores de shopping centers, entre outros.

Alguns contratos cativos de longa duração, entretanto, possuem tipicidade – como os contratos de seguro saúde e de *franchising* –, mas a insuficiência do texto legislado para o enfrentamento das questões práticas que surgem é latente, ensejando a necessidade de se buscar a solução por meio de princípios que muitas vezes extrapolam a temática contratual tradicional – princípio da dignidade da pessoa humana, da solidariedade social etc.

Muitos desses modelos novos que compõem o conjunto de contratos cativos de longa duração buscam sua inspiração nos contratos tradicionais, mas lhes dão nova roupagem, num revestimento mais complexo e

<sup>16</sup> In: **Los contratos conexos: estudio de supuestos concretos y ensayo de una construction doctrinal**, p. 273.

<sup>17</sup> Cláudia Lima Marques, ao abordar o tema dos contratos de turismo, menciona que: “estes contratos são fechados entre agências de turismo e consumidores, incluindo em seu objeto não só a viagem (aérea, marítima ou terrestre), mas também a hospedagem, os traslados e uma série de atividades recreativas, como excursões, idas a museus, shows etc. É um contrato de prestação de serviços, mas os serviços nem sempre são prestados por prepostos da agência e sim por uma verdadeira rede de fornecedores, ficando a depender destes a qualidade da prestação no total”. (In: *Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais*, p. 378).

otimizado, de forma a atender com mais eficácia as necessidades da realidade social, como acontece em várias modalidades de contratos bancários.

Outra técnica utilizada é a combinação de modelos contratuais tradicionais, gerando novas fórmulas, como a união dos contratos de seguro com a prestação de serviços de saúde. Esta forma mantém a atualização dos modelos negociais e garante sua inovação, que vai resultar numa maior eficiência no atendimento dos anseios sociais.

Um segundo aspecto que pode ser apontado é a massificação dos contratos cativos de longa duração, pois eles são típicos da era da globalização, são contratos de massa (firmados por meio de adesão e/ou vinculados a condições gerais de contratação).

Outra característica, que o próprio nome indica, é o fato de esses contratos terem sua duração diferida no tempo. A aptidão para a longevidade marca os contratos cativos. No dizer de Cláudia Lima Marques, cria-se um “verdadeiro processo de convivência necessária entre a empresa fornecedora de serviços e os consumidores”.<sup>18</sup>

E, finalmente, pode ser apontada como qualidade dos contratos cativos de longa duração a criação de uma situação de dependência, que vai servir

como causa eficiente da manutenção no contratante da vontade de continuação da relação negocial.

No sistema atual as agressivas estratégias de marketing se encarregam de manter o atrativo do contrato por longo período de tempo. O contratante vai se envolvendo nesta *rede* e o contrato passa a fazer parte de sua vida, o que pode ser percebido nas relações bancárias pela técnica do superindividamento, na qual, por meio de novações contratuais sucessivas<sup>19</sup> ou pelo fornecimento ao mesmo tempo de diversos serviços – pluralidade de contratos – há um ‘aprisionamento’ do cliente.

Há ainda a contribuição proporcionada pela realidade social, que fortalece a *necessidade* da manutenção dos contratos cativos, como ocorre com os contratos de seguro-saúde que, em face da ineficácia do sistema público de saúde, vão se eternizando.

## 5 A NATUREZA DINÂMICA DOS CONTRATOS CATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

Como foi destacado anteriormente, o aspecto temporal ganha destaque especial na caracterização dos contratos cativos de longa duração. O tempo é um dos elementos nucleares desta modalidade negocial, pois eles são concebidos para

<sup>18</sup> In: *Contratos bancários em tempos pós-modernos: primeiras reflexões*, p. 28.

<sup>19</sup> Cláudia Lima Marques aponta que “a jurisprudência gaúcha respondeu a esta ‘renegociação contratual prejudicial ou revisão abusiva’ de forma clara. Considerou viável a revisão e o controle do conteúdo de toda a relação, em suas várias fases e contratos negociados. A relação é efetivamente continuada, é um contrato cativo de longa duração, em que o consumidor, na prática, aceitará qualquer negociação, mesmo que abusiva ou a ele estranhamente prejudicial para que não vençam antecipadamente seus débitos e tenha tempo de cumprir sua prestação”. (In: *Contratos bancários em tempos pós-modernos: primeiras reflexões*, p. 34-35)

se projetarem para o futuro, estendendo-se por longos períodos.<sup>20</sup>

Este aspecto, entretanto, vai trazer à tona o enfrentamento dos problemas que o transcurso do tempo poderá causar à dinâmica desses negócios. Em muitas situações o advento de novas realidades sociais durante a vida do contrato poderá causar dificuldades na manutenção do sinalagma genético do pacto, exigindo redobrada atenção das partes para evitar a ocorrência de desequilíbrio no contexto da relação contratual.

O sinalagma genético representa o equilíbrio inicial que serve de núcleo rígido da equação contratual. As relações temporalmente extensas exigem uma maior flexibilidade na conformação do sinalagma inicial, sem, é claro, permitir o seu abandono, para que o contrato continue a desempenhar sua função durante toda a contratualidade. Se este sinalagma for rompido, o pacto deixa de desempenhar sua função original, possibilitando que os contratantes se utilizem de instrumentos rígidos de proteção de seus legítimos interesses, como a revisão forçada da contratação, por meio de apelo à tutela jurisdicional, ou até mesmo a busca da resolução do contrato.

A principal ameaça que o transcurso do tempo poderá trazer ao sinalagma genético dos contratos de

longa duração é, inequivocamente, a questão relativa à alteração do preço contratado. É claro que não se espera que um contrato de duração diferida no tempo, por um vasto período, se mantenha inalterado, principalmente em países onde os surtos inflacionários são constantes ou cíclicos.

No Direito Francês, este aspecto foi estudado por Jacques Ghestin e Marc Billiau, que analisaram especificamente a questão do "*preço nos contratos de longa duração*" e vincularam sua fixação aos aspectos da duração útil e justa do contrato.<sup>21</sup>

A *duração útil* do vínculo negocial está relacionada diretamente com a possibilidade de produção dos efeitos que são imanentes à espécie contratual. Tal questão refere-se exatamente ao fim econômico-social que norteia o contrato.

Por outro lado, não se pode olvidar da *duração justa*, que se relaciona ao papel de troca desempenhado pela figura dos contratos. A duração justa é fator de equilíbrio, que deve se fazer presente desde a fase pré-contratual até o completo exaurimento dos efeitos do contrato firmado.

E, como lembra Jacques Ghestin e Marc Billiau, a ausência de uma duração justa proporciona a dominação de uma parte contratante sobre a outra, enquanto a falta de

<sup>20</sup> A legislação francesa sobre *time-sharing* permite sua pactuação pelo período de até oitenta anos.

<sup>21</sup> In *El precio en los contratos de larga duración*, Trad. Luis Moisset de Espanés e Ricardo de Zavalía, Buenos Aires: Zavalía, 1990, p. 19.



duração útil retirará a coerência econômica do contrato, frustrando sua rentabilidade.<sup>22</sup>

Assim, o sinalagma é o referencial que se fará presente durante toda a sua contratualidade.

Na doutrina Argentina, Ricardo Lorenzetti resalta este aspecto especificando:

en los contratos de larga duración, el objeto es una envoltura, un cálculo probabilístico, un sistema de relaciones que se modifica constantemente en su interior con finalidades adaptativas. Esta cualidad debe ser preservada puesto que lo contrario, toda fijación produce la inadaptabilidad del contrato.<sup>23</sup>

## 5.1 A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A EQUIVALÊNCIA CONTRATUAL

Fixada a necessidade de manutenção do sinalagma durante todo o período de desempenho dos efeitos da

relação contratual, por meio da observância do que pode ser chamado de sinalagma funcional,<sup>24</sup> resta o enfrentamento da problemática ocasionada pela incorporação de novas tecnologias e o custo de manutenção do contrato.

A inserção de novas tecnologias, mais modernas e refinadas, poderá ensejar o aumento das contraprestações? O contratante (consumidor) deverá se sujeitar a esta prática?

Ricardo Lorenzetti responde a estas indagações dizendo que:

planteado el conflicto, el Derecho debe responder tratando de lograr la adaptabilidad de los cambios en una relación de equivalencia. Ello significa que, tratándose de un vínculo contractual y de base conmutativa, es preciso que esas modificaciones no alteren la relación de cambio. Por ello, deben ser incorporados preservando la relación de equivalencia diseñada en la celebración del contrato.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> Idem, ibidem.

<sup>23</sup> In: El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia. Suplemento La Ley, año LXI, n. 167, p. 02. Esse autor, ao abordar o tema, sugere um roteiro a ser seguido no julgamento da reciprocidade dinâmica dos contratos de longa duração: “En un primer momento, comparativo, corresponde: - describir el objeto y el contenido de las obligaciones conforme lo acordaron las partes en el momento genético - detallar las modificaciones que se pretender hacer de modo comparativo, indicando que cambian respecto del sinalagma genético. Efectuada esta comparación, hay que establecer si hay una afectación de la relación de equivalencia. Siguiendo con el ejemplo de la medicina prepaga, puede ocurrir que este cambie el listado de médicos por otro de similar nivel científico, o que el tomógrafo por uno de otra marca, lo que no impacta en la conmutatividad. Si el cambio, se verifica que hay una mudanza substancial que altera esa relación como el cambio de precio, o de calidad, puede suceder que: - el cambio produce una mejora en la situación de la otra parte: en este caso no hay ilicitud contractual alguna - el cambio empeora la situación de la otra parte: ello puede ocurrir de un modo perceptible, como cuando se cambian el precio o calidad, o bien de una manera indirecta como cuando se alteran las obligaciones accesorias o secundarias impactado de esta manera en el resultado final”.

<sup>24</sup> Karl Larenz explica a existência de duas espécies de sinalagmas, quais sejam, o genético e o funcional: “el sinalagma ‘genético’ no significa otra cosa que la vinculación (die Verknüpfung) del deber de prestación de cada parte con el de la otra en la voluntad jurídico-negocial de las partes. No se trata sino de otra palabra jurídica el Tatbestand contrato reciprocamente obligatório[...] el sinalagma funcional significa la permanencia de los deberes de prestación principales y recíprocos de las partes, em referencia a su realización y a las consecuencias de las alteraciones em las prestaciones” (apud Juan Carlos Rezzónico In: **Principios fundamentales de los contratos**. Buenos Aires: Astrea, 1999, p. 328).

<sup>25</sup> In: El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia, p. 02.

Este autor, então, apresenta dois métodos que entende adequados para realizar a devida absorção dos impactos das novas tecnologias nos contratos de longa duração:

– se el cambio es tal que altera la causa del negocio porque afecta la calidad comprometa de un modo substancial, puede dar lugar a calificación de abusividad, o a la rescisión por parte de la parte contraria. – la evaluación puede hacerse a través del standard del contratante medio, examinando si el sujeto de esas características contrataría en las condiciones que se presentan.<sup>26</sup>

A inserção de novas tecnologias não pode representar, por si só, motivo justo para a realização de reajustes que elevem excessivamente o valor contratado. Volta-se novamente à questão da necessidade de manutenção do sinalagma funcional da relação contratual. E, neste contexto, cabe lembrar que no momento de formação do vínculo houve, implicitamente, o ajustamento sobre o binômio preço-qualidade, o qual deve ser mantido durante toda a duração do contrato.<sup>27</sup>

O dever de atualização tecnológica do objeto contratado, exigindo do fornecedor que se mantenha apegado à busca constante de modernização do objeto do contrato – como acontece nas relações de seguro saúde –, faz parte da expectativa criada no momento da contratação, e, por consequência, integra o contrato.

O custo desta constante atualização tecnológica deve ser absorvido pela própria empresa fornecedora, que encontrará recursos no abandono de técnicas antigas – geralmente mais onerosas e menos eficazes – e na incorporação constante de novos usuários, entre outros meios.

Este tema é enfrentado por Ghersi, Weingarten e Ippolito, que expressamente se manifestam neste sentido:

en cuanto al costo, no nos cabe ninguna aduda que debe ser soportada por la empresa, y de ninguna manera debe materializarse en un incremento valorativo de las cuotas. Esto es así por varias razones: a) está dentro del denominado riesgo

<sup>26</sup> In: **El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración**: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia, p. 03. O autor apresenta ainda dois outros critérios que designa de complementares: “– en Chile se ha indicado que la facultad de estas empresas de adecuar los contratos de salud a los cambios, no puede ser interpretada de una manera tan amplia que queda ser en los hechos una situación unilateral de un plan por otro, porque se cambian sustancialmente las condiciones del contrato cuya vigencia en el tiempo la propia ley pretende asegurar. En realidad, las modificaciones no se juzgan por si mismas, sino por su resultado final. – otro criterio que agrega la Corte de Santiago es el de la generalidad. Los cambios deben prescindir de condiciones personales del afiliado y ser generales. No deben ser discriminatorios”.

<sup>27</sup> Na doutrina argentina, Juan Carlos Rezzónico destaca que “es que tratándose del sinalagma funcional, la recíproca atadura de las prestaciones domina el contrato, de tal manera que al acaecer una perturbación o trastorno (mora, incumplimiento) la contraprestación no puede ser exigida o retenida sin que exista el cumplimiento. Es así que, por efecto de esa relación intracontractual, es posible oponer la ‘exceptio non adimpleti contractus’, con lo cual una de las partes puede rehusar el cumplimiento de su propia obligación hasta que se cumpla la contraprestación.” (In: **Principios fundamentales de los contratos**, p. 330).

– costo empresario, b) al incorporar al usuario, asumió la obligación implícita de un adecuado servicio, es decir, que tácitamente estaba involucrada la actualización tecnológica (y de acuerdo con lo que verosíblemente las partes entendieron o pudieron entender, obrando, con cuidado y previsión, a, 1198, Cód. Civil), y c) la incorporación constante de nuevos usuarios, va financiando la incorporación tecnológica. En última instancia, el cálculo actuarial – como en los seguros – demuestra que la expectativa de servicios es menor que la masa de dinero incorporada.<sup>28</sup>

## 5.2 A NULIDADE DA CLÁUSULA DE MODIFICAÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

O objeto – entenda-se conteúdo – dos contratos deve sempre representar o fruto da combinação de vontades que possibilitou a formação do vínculo negocial. Assim, o conteúdo do contrato é claramente conhecido pelas partes que, desde o início do pacto, poderão projetar suas expectativas negociais para o futuro com um razoável grau de segurança.

Nos contratos que contam com uma longa duração o tema ganha ainda maior destaque. A dinâmica dos contratos cativos de longa duração possibilita a realização de certas mutabilidades, desde

que respeitada a manutenção do equilíbrio contratual. Como lembra Morello: “o contrato de duración requiere uma permanente adaptación, uma cooperación renegociadora continua”.<sup>29</sup>

Desta forma, para garantir a manutenção da comutatividade do contrato, o ideal é que ele já traga no seu texto critérios objetivos para as eventuais alterações no seu conteúdo. Nesta situação, as modificações mantêm-se como resultado da combinação de vontades dos contratantes, não prejudicando a engenharia do contrato.

Entretanto, ocorre com uma certa frequência a inserção de cláusulas contratuais – em especial nos contratos de adesão – possibilitando a uma das partes o exercício do direito formativo de alteração unilateral das condições de contratação.

Tal prerrogativa, mesmo que disposta em contratos paritários, está em desacordo com a função socioeconômica do contrato, pois tornaria alguém vinculado a um contrato que não representa os seus legítimos interesses negociais. Trata-se, portanto, de cláusula abusiva, que, como ressalta Luis Renato Ferreira da Silva, deve ser repudiada com fundamento no princípio da boa-fé.<sup>30</sup> Esta prática

<sup>28</sup> In: Contrato de medicina prepaga apud Ricardo Lorenzetti. El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia, p. 04.

<sup>29</sup> In: Contrato y proceso, apud Ricardo Lorenzetti. El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia, p. 01.

<sup>30</sup> In: Cláusulas abusivas: natureza do vício e decretação de ofício, RDC v. 23-24, p. 127. O autor explica seu entendimento argumentando que: “dentro dos efeitos supra mencionados, interessa, no caso das cláusulas abusivas, ver-se a eficácia negativa da incidência da boa-fé, ou seja, a imposição de limites. As várias modalidades de limitação possíveis fundam-se na proibição genética de abuso de uma posição jurídica. Agindo de boa-fé, um contratante não poderia abusar de uma determinada situação fática que o colocasse em superioridade manifesta frente ao outro contratante (note-se que isso não contradiz o

possibilitaria a quebra da base negocial que serviu de sustento para que as partes inicialmente formarem o vínculo.

A resistência normativa a esta prática parece representar uma tendência mundial, como demonstra Ricardo Lorenzetti:

em Argentina, es una cláusula que puede subsumirse en el 'standart' Del art. 37 de la ley 24.240 (Adla, LIII-D, 4125), referido a la desnaturalización de las obligaciones, requiriendo un juicio de concretización para su descalificación. En materia de cláusulas generales, en la Unión Europea, la diretiva 93-13 se considera abusiva la cláusula que autoriza al profesional a modificar unilateralmente, sin motivos válidos especificados en el contrato los términos del mismo; o cualquiera de las características del producto que ha

de suministrar o del servicio por prestar. También lo es el conceder al profesional el derecho a determinar si la cosa o el servicio se ajusta a lo estipulado en el contrato (anexo art. 3º, inc. K, l. m.). En la ley portuguesa (decr. 446.85, art. 19, inc. i), se considera relativamente prohibida la cláusula que autoriza la facultad de modificar prestaciones, sin compensación correspondiente a las alteraciones de valor solicitadas.<sup>31</sup>

No Brasil a questão é suficientemente resolvida pela previsão contida no inciso XIII do art. 51 do CDC, que expressamente consagra como cláusula abusiva – nula de pleno direito<sup>32</sup> – a que autoriza “o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração”.<sup>33</sup>

dito adrede, eis que há abuso de fato e não de direito). É esse fenômeno que as cláusulas abusivas tentam reprimir quando vedam certas práticas impositivas de renúncia de garantia ou de foro privilegiado, por exemplo. Essas cláusulas não existiriam ou não seriam aceitas caso houvesse entre as partes a clássica figura das tratativas e a sonhada igualdade entre os envolvidos no negócio jurídico. Como esses ideais são rarefeitos, em muitas circunstâncias acabam, os que estão em posição privilegiada, excedendo a vantagem que a regra de mercado naturalmente lhe dão, descambiando o que deve ser, segundo a boa-fé, um bom negócio, para um negócio extremamente vantajoso.” (p. 129)

<sup>31</sup> In: El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia, p. 03.

<sup>32</sup> Nosso sistema jurídico, por meio da dicção apresentada pelo *caput* do art. 51 do Código de Defesa do Consumidor, optou pela técnica da nulidade de pleno direito das cláusulas abusivas, distanciando-se do modelo francês e alemão. Luis Renato Ferreira da Silva sintetiza esses dois outros sistemas: “na França, há duas condições que a cláusula deve ter para que se possa classificá-la como abusiva. Deve haver abuso do poder econômico e uma vantagem excessiva para uma das partes. Tais critérios são amplos e carecem de complementação que é feita por decreto do Poder Executivo, via Conselho de Estado, após prévia recomendação da Comissão de Cláusulas Abusivas. Mais recentemente, Lei de 05.01.1988 concedeu legitimidade para as associações de consumidores se oporem a cláusulas abusivas, o que estende ao Poder Judiciário a possibilidade de dele também concretizar as condições genéricas da lei. Na Alemanha, antepondo-se à lista negra (que torna absolutamente ineficaz a cláusula) e à lista cinza (com a cominação de cláusulas relativamente ineficazes), está a cláusula geral considerando ineficaz a disposição que, contrariando os imperativos da boa-fé, ponha em desvantagem uma das partes. Aliás, antes mesmo da entrada em vigor da lei de 1976, o controle judicial era feito através de recurso às cláusulas gerais do BGB que trata da boa-fé e dos bons costumes nos parágrafos 242 e 138” (In: Cláusulas abusivas: natureza do vício e decretação de ofício, p. 126).

<sup>33</sup> O tema é abordado por Luis Renato Ferreira da Silva, in: Cláusulas abusivas: natureza do vício e decretação de ofício, p. 127, inspirado em acórdão no qual a validade de cláusula contratual que autoriza a modificação unilateral dos termos do contratos é questionada: “O conceito de consumidor, por vezes, amplia-se, no Código de Defesa do Consumidor, para proteger quem é ‘equiparado’. É o caso do art. 29. Para o efeito das práticas comerciais e da proteção contratual. ‘equiparam-se aos consumidores todas as pessoas, determináveis ou não, expostas às práticas nele previstas’. O Código do Consumidor rege as operações bancárias, inclusive as de mútuo ou de abertura de crédito, pois relações de consumo. O produto da empresa de Banco é o dinheiro ou o crédito, bem juridicamente consumível, sendo portanto, fornecedora; e o consumidor o mutuário ou credenciado. Sendo os juros o ‘preço’ pago pelo consumidor, nula cláusula que preveja alteração unilateral em

### 5.3 A ONEROSIDADE EXCESSIVA

O contrato representa na atualidade o principal instrumento de troca econômica, desempenhando papel de singular importância no convívio em sociedade. Como lembra Enzo Roppo, o contrato constitui a veste formal das operações econômicas, não podendo ser abstraído desta finalidade instrumental.<sup>34</sup>

Entretanto, a função social do contrato somente será satisfatoriamente atingida enquanto ele representar um instrumento econômico justo e equilibrado. A fim de garantir este desempenho adequado das figuras negociais, o Direito criou uma série de mecanismos que servirão para monitorar a economia contratual, de forma a evitar que ele venha a sofrer influências externas que tornem suas contraprestações excessivamente onerosas.

Para tanto, temos as teorias que autorizam a revisão do contrato que já nasce para o mundo jurídico em desacordo com os ideais econômicos que lhe seriam pertinentes – teoria da lesão e das cláusulas abusivas – ou evitam que durante o período de sua duração o contrato venha a sofrer efeito de mudanças externas que o tornariam inviável economicamente – teoria da imprevisão e da quebra da base econômica do contrato.

Nas relações negociais cativas de longa duração a preocupação centraliza-se na segunda hipótese: a ocorrência de fatos supervenientes que venham a afetar a economia do contrato. Neste ponto, parece não haver dúvidas quanto à necessidade de revisão dos valores estabelecidos, a fim de extirpar os excessos e resgatar a harmonia negocial.

Neste contexto, surge a necessidade de se apontar qual o grau de oneração tolerável no valor previamente estipulado, ou seja, até que ponto a influência de novos fatores poderá ensejar a alteração do valor contratado, já que não se espera que uma relação de longa duração permaneça ilesa, em suas referências valorativas, às várias modificações da realidade social que busca regular.

Trata-se, entretanto, de tarefa complexa, por isso novamente deve ser trazida à colação a importância da manutenção do sinalagma genético da relação, que servirá como norte balizador da questão. Assim, a solução tópica se impõe, permitindo ao juiz compor cada lide contratual isoladamente, mas em combinação com as aspirações sociais. O recurso à tópica é um método que, num primeiro momento, é ensejador de

---

*percentual prévia e expressamente ajustados pelos figurantes do negócio.* Sendo a nulidade prevista no art. 51 do CDC da espécie pleno *iure*, viável o conhecimento e a decretação de ofício, a realizar-se tanto que evidenciado o vício (art. 146), do CDC. É nula a cláusula que impõe representante 'para emitir ou avalizar notas promissórias' (art. 51, VIII, do CDC). Objetivando a desconstituição de cláusulas, em homenagem ao princípio da congruência, deve a sentença ater-se ao pedido. Sentença perfeitamente reformada" (7ª Cãn. Civ. do TARGS, 19 de maio de 1993). (grifo nosso)

<sup>34</sup> In: *O Contrato*, Coimbra. Almedina, 1988. p. 11.

uma certa intransigência, em face da diversidade de possibilidades resultantes de sua utilização, mas que, vista em sua essência, representa a única forma sadia de solução para os casos de onerosidade contratual.

Nesta tarefa, alguns autores fazem referência à álea natural de cada espécie contratual que, por participar da essência negocial, terá que ser absorvida pelas partes contratantes. Por outro lado, verifica-se a ocorrência de fatores estranhos ao risco negocial normal, momento em que a revisão se impõe.

Ricardo Lorenzetti, utilizando-se do modelo dos contratos de seguro-saúde, explica este posicionamento:

en la medicina prepaga, la aparición de una nueva enfermedad, o de una nueva tecnología que se diferencie sustancialmente de las utilidades en el momento en que el contrato se celebró, pueden constituirse en supuestos de hecho previstos en art. 1198 del Cód. Civil, y dar lugar a la resolución o a la pretensión autónoma de modificación del precio. Es una hipótesis de apreciación restrictiva, puesto que se trata de un contrato aleatorio, y la aplicación de la excesiva onerosidad debe situarse fuera del 'alea normal' prevista por las partes. (art. 1198, Cód. Civil), de modo que la circunstancia de que el paciente se enferme, o aparezcan nuevos tratamientos o enfermedades, no es per se una circunstancia

extraordinaria ni imprevisible. En cambio pueden asumir ese carácter, enfermedades masivas e inexistentes al momento de la contratación, o una resolución en los tratamientos médicos que cambie la naturaleza de los previstos en la celebración del vínculo.<sup>35</sup>

#### 5.4 O DEVER DE COOPERAÇÃO NOS CONTRATOS CATIVOS DE LONGA DURAÇÃO

Os contratos cativos de longa duração, como se vem enfatizando, são indissociáveis do elemento *tempo*, experimentando o reflexo natural de seu transcurso.

Dentre as modalidades de contratos cativos de longa duração podem-se visualizar as relações travadas entre agentes financeiros e consumidores – contratos bancários, financeiros e de crédito.

Esses contratos, como é curial acontecer em um número considerável de situações, acabam por *aprisionar* o consumidor, que se vê envolto em uma órbita de dívidas que vão se tornando insolúveis, expondo-o a uma verdadeira ruína financeira.

No Direito comparado, em especial na França, o tema é tratado com bastante acuidade sob a denominação de *teoria do superendividamento*, recebendo inclusive tratamento normativo específico.<sup>36</sup> A lei francesa de 31 de dezembro de 1989

<sup>35</sup> In: El objeto de las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos, contratos de suministros y asistencia, p. 03.

<sup>36</sup> Cláudia Lima Marques explica que “a França trata o superendividamento com bastante eficiência. Como ensina Danielle Khayat, existem dois tipos de bancos de dados sobre o endividamento dos consumidores, os bancos positivos e os bancos negativos, e dois tipos de tratamento do superendividamento, pelo direito civil geral e por leis especiais. Assim, os países principais do

define a situação do superendividamento como “caracterizada pela impossibilidade manifesta pelo devedor de boa-fé de fazer face ao conjunto de suas dívidas não profissionais exigíveis e não pagas”.<sup>37</sup>

Na doutrina portuguesa o superendividamento é conceituado por Maria Manuel Leitão Marques como a situação “em que o devedor se vê impossibilitado, de uma forma durável ou estrutural, de pagar o conjunto das suas dívidas, ou mesmo quando existe uma ameaça séria de que o não possa fazer no momento em que elas se tornam exigíveis”,<sup>38</sup> classificando-se em duas espécies: o *superendividamento ativo*, quando o devedor contribui de forma positiva para se colocar nesta condição; e o *superendividamento passivo*, que se verifica em face da ocorrência de situações que afetam gravemente a possibilidade de cumprimento de suas dívidas, como desemprego, doenças, acidentes pessoais.<sup>39</sup>

Em nosso país o tratamento dedicado ao tema é ainda incipiente, mas já chama a atenção da doutrina mais atenta. Cláudia Lima Marques, ao abordar o assunto, é enfática ao ressaltar que:

este é um tema considerado quase ‘tabu’ pelas Instituições Financeiras e Administradoras de Cartões de Crédito, face à grande insolvência dos consumidores no Brasil. A verdade é que nas sociedades de consumo consolidadas, o tema do superendividamento é tratado como problema jurídico que é, legislações especiais são preparadas para evitar (prevenção) e dirimir este problema (tratamento), que faz parte do sistema das sociedades de consumo. Nestes países há sempre uma espécie de ‘falência civil’ dos consumidores e suas famílias, a evitar a ‘morte’ total do ‘*homo economicus*’, afinal os contratos de consumo devem ser momentos de cooperação e lealdade e não de ‘destruição’ e ‘falta de opções’ do parceiro contratual mais fraco.<sup>40</sup>

---

direito comparado são a França, a Alemanha, os Países Baixos, os Estados Unidos e o Reino Unido, que conhecem a falência civil (ou *bankruptcy*) ou procedimentos assemelhados, que conduzem (a exceção da Alemanha) ao desaparecimento, de toda ou em parte, da dívida do particular após a liquidação de seus bens, com a participação judicial ou acordo supervisionado pelo juiz para o re-escalonamento da dívida, redução do montante, diminuição dos juros, etc.” (In: Boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor: informação, cooperação e renegociação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 22, p. 74, set. 2002.

<sup>37</sup> Posteriormente a matéria foi tratada no Code de Consommation desse país, nos arts. L331-1 s. et R. 331-1 e seguintes. Gilles Paissant, ao apresentar um panorama sobre o tema do superendividamento, narra que “desde la entrada em vigor de la primera ley específica el 01.03.1990 hasta el 31.12.2000 se han registrados 1.027.841 demandas de consumidores para disfrutar de sus ventajas. En 1998 hubo 117.000 demandas, 142.000 em 1999 y 148.000 em 2000. Como puede comprobarse, las demandas están creciendo. Este fenómeno es muy diversificado. Se puede estar sobreendeudado por 10.000 F ó 1,5 MF. El sobreendeudado puede ser un asalariado, obrero o mando, lo mismo que un funcionario; un soltero o un matrimonio y, a menudo, un parado o un individuo divorciado. En cualquier categoría profesional o personal se pueden encontrar sobreendeudamiento. No existe un perfil tipo de sobreendeudado. Además de diversificado, el sobreendeudamiento aparece también como un fenómeno duradero. Es lo que explica la intervención del legislador francés en 1989 (In: El tratamiento del sobreendeudamiento de los consumidores en Derecho Francés. *RDC*, v. 42, p. 09)

<sup>38</sup> In *O endividamento dos consumidores*, Lisboa, Almedina, 2000, p. 2.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> In: Boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor: informação, cooperação e renegociação, p. 73.

Desta forma, a teoria do superendividamento traz uma série de questionamentos na seara do Direito, ensejando uma diversificada gama de discussões sobre como enfrentar essa problemática diante do modelo jurídico existente. O endividamento excessivo dos consumidores, além de ser um problema social grave, uma cultura equivocada que assola o mercado de consumo, é um problema que pede, então, uma solução jurídica. Mas, como adverte José Reinaldo de Lima Lopes, o Direito não é capacitado para representar, de forma isolada, um caminho para a solução destes problemas creditórios. É necessária uma solução estatal incisiva, por meio de mudanças na política de consumo, porque a insolvência dos consumidores é um fato social, com origens muitas vezes na força maior social – desemprego, período de turbulência econômica geral.<sup>41</sup>

Entretanto, mantemo-nos dentro do âmbito jurídico, no qual é trazido à colação o princípio da boa-fé objetiva, largamente consagrado no CDC e no

Código Civil atual, para implementar sua função potencializadora do dever de cooperação das partes nos contratos cativos de longa duração. A boa-fé objetiva desempenha papel singular como fonte orientadora do desenvolvimento das relações negociais, mantendo-as constantemente arejadas e aptas a se adaptarem as novas contingências. Maria Cristina Cereser Pezzella, após destacar que o princípio da boa-fé objetiva “visa à proteção do devedor contra exigências impertinentes que colidam com o direito ou a equidade”, lembra que ele “se inspirou nas mesmas idéias que fundamentaram a *‘exceptio doli generalis’* do direito romano, frente a qual poderia evitar-se que se exigissem de modo não equitativo as prestações”.<sup>42</sup>

A boa-fé, como fonte criadora de deveres anexos de informação, cuidado, lealdade e cooperação, irá atuar no vínculo relacional existente entre as partes, no qual, pela natureza da relação, se destacará a cooperação recíproca das partes para a função socioeconômica do contrato.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> In: Crédito ao consumidor e superendividamento – uma problemática geral, **RDC**, v. 17, p. 63. Na opinião do autor “Nestas circunstâncias quem deve pagar a conta? O problema torna-se um de políticas públicas e de redistribuição [...]. Há um problema geral de política do consumo no equívoco dos órgãos de defesa do consumidor (privados ou públicos) de aceitar o consumismo, aceitar uma perspectiva econômica equivocada, conformista, sem capacidade de ser crítica do sistema que provoca o superendividamento.” (p.63)

<sup>42</sup> In: O princípio da boa-fé objetiva no Direito Privado Alemão e Brasileiro. **RDC**. v. 23-24, p. 205-206 A autora explica ainda que “com fundamento na boa-fé objetiva, podem resultar a cargo do devedor deveres ‘secundários’ especiais de ‘notificar’ ou informar o credor sobre algo do interesse para ‘conservação dos seus bens jurídicos’. Seu cumprimento acarretará a pretensão da parte prejudicada de ser indenizada, podendo também resultar na caducidade do direito. As relações ‘obrigacionais duradouras’, que pressupõem uma relação de confiança recíproca ou que obrigam a uma prestação pessoal podem ser denunciadas por meio de uma causa significativa. O BGB reconheceu este princípio expressamente em relação aos contratos de serviços e de sociedade (§§ 626 e 723), como também para os contratos de longo prazo (RG Seuff A 66, n 195) e os contratos de abastecimento de água (OLG hamburg Seuff A 73, n 5). A jurisprudência sobre o § 242, BGB, desenvolveu-se também na chamada avaliação das prestações atingidas por meio da desvalorização sofrida pelo dinheiro, causada pela guerra e pela infração.”

<sup>43</sup> Essa função da boa-fé como dever de cooperação, em especial nos contratos de longa duração, é destacada na doutrina italiana por Francesco Macário, no sentido de que “non v’è dubbio che lo spazio riconosciuto all’operatività del principio di buona fede avvicini significativamente la riflessione sulla revisione giudiziale del contratto all’impostazione sócio-economica



Este dever de cooperação traz consigo o questionamento da existência de um dever geral de renegociação nos contratos de longa duração – em especial bancários, financeiros e de crédito – em que resta evidenciada a situação de superendividamento do contratante.

Analisando a questão na doutrina germânica atual e em face das recentes alterações do BGB, Cláudia Lima Marques aponta a existência de simpatia dos juristas tedescos pela aceitação da obrigatoriedade decorrente da boa-fé, de cooperação para a renegociação do pacto que se torna excessivamente oneroso. Diz a autora:

estes autores alemães partem da premissa de que haveria uma cláusula ou um dever de modificação de boa-fé (no caso brasileiro, com previsão expressa no art. 6º, V, do CDC) dos contratos de longa duração, sempre que

exista quebra da base objetiva do negócio (*Wegfall der Geschäftsgrundlage*) e onerosidade excessiva daí resultante. Assim, considera a parte majoritária da doutrina alemã, de que haveria uma espécie de dever '*ipso jure*' de adaptação (*ipso jure-Anpassungspflicht*) ou dever de antecipar e cooperar na adaptação, logo, dever (ou para alguns *Obliegenheit*) de renegociar (*Neuverhandlungspflicht*) o contrato.<sup>44</sup>

Esse dever de submeter-se à renegociação contratual, para evitar o superendividamento do outro contratante, espelha claramente a doutrina de Clóvis do Couto e Silva, ao ver na boa-fé objetiva um “dever de consideração para com o ‘alter’”.<sup>45</sup> Pode-se dizer ainda que esta cooperação também vem traduzir, no âmbito das relações privadas, o ideal de solidariedade, insculpido nos ditames da nossa Constituição Federal.<sup>46</sup>

del discorso relativo ai contratti a lungo termine, intesi nella prospettiva ‘relazionale’. La valorizzazione del precetto di buona fede quale regola di comportamento nell’esecuzione del contratto può dirsi, infatti, il più immediato risultato della ricaduta sul terreno giusciviltistico della dottrina dei ‘relational contracts’, ove la logica cooperativa tendente alla realizzazione del risultato dedotto in contratto dovrebbe sostituire quella egoistica, finalizzata al mero ‘advantage-talking’ (evidentemente antitetica a quella di ‘sharing and cooperation’), tipica dello scambio isolato (indicato, in area anglosassone, in contrapposizione al modello del ‘long-term contract’, come ‘discrete transaction’), normalmente ad efficacia istantanea. Non per nulla gli studiosi che, soprattutto nell’ambiente di ‘common law’ nordamericano (dove la teoria dei contratti relazionali è stata originariamente elaborata e comunque maggiormente sviluppata), hanno accolto questa configurazione dei rapporti contrattuali – senza dubbio meno dirigibile, in termini generali, per il ‘civil lawyer’ continentale tradizionale – si sono prontamente schierati a favore dell’intervento giudiziale nel contratto in presenza di sopravvenienze incidenti sull’originario equilibrio fra le prestazioni” (In: Rischio contrattuale e rapporti di durata nel nuovo diritto dei contratti: dalla presupposizione all’obbligo di negoziare, Rivista di Diritto Civile, ano XLVIII, p. 83-84).

<sup>44</sup> In: A Boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor: informação, cooperação e renegociação, p. 77. A autora refere também a sugestão de Horn de inclusão de um número 2 no 242 do BGB, com o seguinte texto: “se a prestação de uma das partes, em virtude de circunstâncias externas, se tornar excessivamente difícil, pode este contratante requerer uma razoável divisão dos prejuízos entre as partes através de adaptação do contrato, se ele não deveria contar com essas circunstâncias, em especial, se esse risco no sentido do contrato não lhe é normal e se a manutenção do contrato nas condições anteriores não lhe é razoável (zumutbar), podendo requerer também a rescisão do contrato. A adaptação (Anpassung) ou a rescisão (Auflösung) dar-se-á por consenso entre as partes ou por decisão judicial”. Tal sugestão, entretanto, não foi incorporada na recente reforma legislativa experimentada pelo BGB. Ainda, a autora complementa, informando que “o novo BGB-Reformado em 2000 e 2001 traz agora um direito geral de rescisão em contratos cativos de longa duração (novo par. 314 do BGB-Reformado), mesmo que esse direito não esteja previsto, se considerado o caso concreto, e levando em conta os interesses de continuidade do vínculo, não é razoável (zumutet) a continuidade para uma das partes, evitando assim o superendividamento. Mais ainda, o novo BGB-Reformado traz a figura da quebra da base do negócio (novo par. 313), permitindo a adaptação do vínculo à nova base e evitando o superendividamento.” (p. 77-78)

<sup>45</sup> In: A obrigação como processo, José Bushatsky Editor, 1976, p. 29.

<sup>46</sup> Na doutrina italiana, Natalino Irti afirma que “la solidarietà economica, delineata nell’art 2 Cost. Como contenuto di un ‘dovere inderogabile’, va convertita in critério giuridico: può, così, rinvigorire il principio di buona fede nell’interpretazione ed esecuzione del contratto” (In: Persona e ercato, Rivista di Diritto Civile, ano XLI, n. 3, 1995, p. 297).

Assim, não há motivos para deixar de reproduzir este raciocínio nas relações de trato sucessivo, pois o ordenamento jurídico nacional conta com todo o aparato normativo que serve de sustento a esta premissa, além do respaldo de abalizada doutrina.

Novamente, Cláudia Lima Marques sintetiza a questão:

no Direito Brasileiro, face ao CDC parece também ser possível considerar-se a existência deste dever de renegociação a favor do consumidor, pois tanto o art. 6º, V menciona o direito do consumidor de pedir a modificação do contrato em caso de onerosidade excessiva, quanto nos arts. 52 e 53 menciona o direito à informação, ao pagamento antecipado e devolução das quantias pagas. Logo, parece-me possível também no Brasil requerer a antecipação desta modificação e a cooperação do parceiro-fornecedor (dever de renegociação) para a adaptação do contrato (princípio de boa-fé do art. 4º, III) e sua manutenção (art. 51, par. 2º).<sup>47</sup>

A nova legislação civil, ao consagrar expressamente a função social do contrato e a observância dos ditames da boa fé-objetiva na sua execução, parece encerrar de vez a discussão, permitindo que se conclua pela necessidade de observância do dever de colaboração entre os contratantes, inclusive por meio de renegociação forçada.

## 5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os contratos cativos de longa duração são uma realidade já consolidada nas relações negociais da pós-modernidade. Há muito deixaram de representar o futuro e passaram a integrar de forma necessária o atual convívio em sociedade, onde o homem-social e o homem-econômico se confundem numa única realidade, cabendo ao Direito proporcionar mecanismos eficazes para monitorá-los para que sejam formas sempre vinculadas à sua natural função socioeconômica, a serviço, portanto, dos anseios sociais.

Não se pode conceber a possibilidade de essa nova e necessária modalidade contratual servir de ‘aprisionamento’ dos contratantes mais débeis, que se tornaram dependentes da sua manutenção.

Se os contratos cativos de longa duração vieram para acompanhar o indivíduo na sua existência em sociedade, devem servir para auxiliá-lo na sua constante e incessante busca de crescimento e realização pessoal.

Neste contexto, as soluções jurídicas apontadas para os diversos problemas que surgem nos contratos cativos de longa duração devem estar em compasso com a efetividade dos direitos fundamentais consagrados na Carta Constitucional, que, no dizer de Luís Afonso Heck, representa elemento de unidade da ordem

<sup>47</sup> In: Boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor: informação, cooperação e renegociação, p. 80.

jurídica,<sup>48</sup> ensejando a consolidação do fenômeno conhecido com *filtragem constitucional*, que consiste em determinar que toda a ordem jurídica deva ser lida e apreendida sob a lente da Constituição, de modo a realizar os valores nela consagrados.<sup>49</sup>

Portanto, cabe fazer referência à consagrada teoria alemã da *Drittwirkung der Grundrecht*, que prega a eficácia horizontal dos direitos fundamentais, por meio da qual essas garantias essenciais consagradas no Texto Constitucional, além de servirem para regular as relações entre o Estado e os particulares, também servem de orientação para as relações firmadas entre os particulares. Como enfatiza Vasco Manuel Pereira da Silva, trata-se

da eficácia horizontal ou externa dos direitos fundamentais,<sup>50</sup> a qual se manifesta de três formas:

a) quando a normal infraconstitucional concretiza os direitos fundamentais;

b) quando a norma infraconstitucional estabelece cláusulas gerais e conceitos indeterminados, que deverão ter o seu conteúdo preenchido pela aplicação dos paradigmas constitucionalmente estabelecidos; e

c) quando a Constituição regula a matéria, mas não há norma inferior concretizadora, sequer por meio de cláusulas gerais e conceitos indeterminados, caso em que deverá haver a aplicação direta das regras constitucionais às relações interprivadas.<sup>51</sup>

<sup>48</sup> In: Direitos fundamentais e sua influência no Direito Civil, **RDC**, v. 29, p.53, o autor aborda a temática no Direito Alemão, explicando que “depois da segunda guerra, a influência do direito constitucional sobre o direito civil encontra-se no plano jurisprudencial, isto é, no do aperfeiçoamento e desenvolvimento do direito. Dito em outras palavras: na constituição estão os pressupostos da criação, validade e realização das normas da ordem jurídica infraconstitucional e ela determina, em grande medida, também o seu conteúdo; assim, ela converteu-se em um elemento de unidade da ordem jurídica total da comunidade e, nisso, ela não só exclui uma separação entre direito constitucional e outros setores jurídicos, especialmente do direito privado, mas também uma coexistência estanque desses setores e, com isso, ela desenvolve, simultaneamente, aquele efeito que cimenta a unidade, a qual pressupõe a existência e efeito normativo da constituição mesma” (p. 53-54). No mesmo sentido, na doutrina civilista italiana, Pietro Perlingieri aponta que “o papel unificador do sistema, tanto nos seus aspectos mais tradicionalmente civilísticos quanto naqueles de relevância publicista, é desempenhado de maneira cada vez mais incisiva pelo Texto Constitucional” (In: **Perfis do Direito Civil**: introdução ao Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 06).

<sup>49</sup> Conforme Luís Roberto Barroso, in **Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional Brasileiro**, p. 63.

<sup>50</sup> In: Vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias. **Revista de Direito Público**, v. 82, p. 41; esclarecendo que “a unidade do sistema jurídico leva a que quando se aplica uma lei, não é ela, apenas, que se está a aplicar, mas todo o Código e todo o sistema legislativo no seu conjunto, pelo que entre a Constituição e a norma de Direito Privado a aplicar não se verifica um hiato, mas um contínuo fluir. Esse fluir contínuo é facilitado pelo fato de, por um lado, as Constituições não se limitarem a consagrar a categoria de direitos contra o Estado, mas de se referirem, também, de forma explícita ou implícita, à autonomia privada; por outro lado, as cláusulas gerais e os conceitos indeterminados do Direito Privado serem tão amplos que o seu conteúdo pode ser, facilmente, preenchido pelos valores constitucionais”.

<sup>51</sup> Daniel Sperb Rubin elaborou interessante observação quanto à eficácia horizontal dos direitos fundamentais, no seguinte sentido: “disso, se pode tirar duas conclusões básicas: a) no estado de natureza, o homem já tinha certos direitos que, hoje, são consagrados pelo ordenamento jurídico como direitos fundamentais; mas no estado natural não existia o ente Estado, razão pela qual tais direitos fundamentais eram concebidos entre indivíduos; e b) se aceitarmos a posição de Locke, os direitos fundamentais não podem ter seu campo de incidência diminuído com a transição do estado de natureza para o estado social, senão que, ao contrário, terão seu campo de incidência aumentado, pois agora não são mais apenas os direitos dos indivíduos entre si, mas também, direitos dos indivíduos perante o Estado. Assim, se Locke estiver certo, concluímos, numa perspectiva jusnaturalista, que a eficácia horizontal dos direitos fundamentais teria, de uma certa maneira, precedido à eficácia vertical” (In: **Direito privado e Constituição – contratos e direitos fundamentais**. **Revista do Ministério Público**, v. 44, p. 107).

O comprometimento dos Tribunais com os direitos fundamentais do indivíduo, nestes incluídos os direitos humanos, é a única forma de permitir que as relações negociais sirvam como instrumento de inclusão social dos indivíduos, para que estes adquiram condições de plena realização de sua liberdade.

Essa foi a opção da Corte Constitucional Alemã,<sup>52</sup> que desde 1993 vem determinando a observância dos direitos da personalidade no controle de cláusulas de contratos bancários,<sup>53</sup> o que deverá servir de inspiração para os

tribunais de nosso país. Como ensina Luís Afonso Heck, se conteúdo do contrato para uma parte é invulgarmente agravante e, como compensação de interesses, manifestamente inadequado, então os tribunais não devem satisfazer-se com a afirmação “contrato é contrato”.<sup>54</sup>

O contrato, independentemente do tempo de sua duração, deve ser fonte de reforço da liberdade pessoal, e jamais servir como um cativeiro invisível que aprisiona e ao mesmo tempo retira a dignidade do contratante mais vulnerável.

<sup>52</sup> Sobre o assunto, escreve Luís Afonso Heck, inicialmente narrando os casos concretos que deram origem às dívidas excessivas para as forças patrimoniais dos devedores, e após indicando a posição assumida pelo Tribunal Constitucional Alemão: “o caso concreto [...] o pai da proponente do recurso constitucional trabalhava, primeiro como agenciador de imóveis. Ele construía e vendia apartamentos. Em 1982 ele solicitou para a Caixa Econômica municipal a duplicação de seu limite de crédito de 50.000 para 100.000 marcos. Quando a Caixa Econômica municipal pediu uma garantia, a proponente, então, com 21 anos, assinou em 1982 um documento de fiança impresso com quantia máxima de 100.000 marcos, afora os deveres acessórios. O aumento foi então concedido. A proponente obteve crédito para a conta de crédito um direito de assinatura mas, ela mesma, não dispunha de bens. Ela não tinha formação profissional, estava preponderantemente desempregada e recebia, ao tempo da declaração de fiança, 1.500 marcos líquido [...], o segundo recurso constitucional – a proponente afixou-se em 1979 de sua própria dívida diante do banco demandante para a garantia de um ‘empréstimo de seguro’ que havia sido concedido a seu cônjuge na quantia de 30.000 marcos. Na época da declaração de fiança ela estava sem rendas e bens”. Nesses casos, a posição do Tribunal Constitucional Alemão foi no sentido da promoção dos direitos fundamentais: “A Lei fundamental contém em seu título de direitos fundamentais decisões básicas jurídico-constitucionais para todos os setores do direito. Essas decisões básicas desdobram-se por meio daquelas prescrições que dominam diretamente o campo jurídico respectivo e têm, sobretudo, também significado na interpretação de cláusulas gerais jurídico-cíveis. Quando os parágrafos 138 e 242 remetem, em geral, aos bons costumes, aos costumes de tráfico, assim como à boa-fé, eles pedem dos tribunais uma concretização pelo critério de concepções de valores que são, em primeiro lugar, determinadas pelas decisões de princípio da constituição. Por isso os tribunais cíveis estão obrigados, em virtude da constituição, a considerar, na interpretação e emprego das cláusulas gerais, os direitos fundamentais como ‘linhas diretivas’. Se eles desconhecem isso e decidem, por conseguinte, em prejuízo de uma parte processual, então eles a violam em seus direitos fundamentais.” (In: **Direitos Fundamentais e sua influência no Direito Civil**, p. 51-52).

<sup>53</sup> Conforme informa Cláudia Lima Marques, o aresto de referência foi o BverfG Beschl. v. 19.10.1993-1BvR 567/89 u.l.a., e explica que “a novidade foi considerar contrária aos bons costumes uma exigência mais fictícia do que real, isto é, um aval por uma pessoa sem patrimônio, um filho estudante ou uma dona de casa, sem condições reais de pagar a dívida (muito superior as suas possibilidades atuais) e que necessitaria passar toda a sua vida a trabalhar para pagá-la, uma verdadeira dívida asfixiante se exigida no futuro. Para concretizar a cláusula geral do 138 e 242 do BGB, as Cortes deveriam, segundo a Corte Constitucional alemã, utilizar-se da noção de direitos fundamentais do indivíduo (no caso concreto um estudante de medicina de 21 anos, que serviu de avalista de dívida do pai, um pequeno comerciante) a desenvolver sua personalidade (desenvolvimento da personalidade econômica e social) no futuro. Como consequência esse contrato de garantia deveria ser considerado contrário aos bons costumes e à boa-fé, logo ineficaz, uma vez que o garante não tinha nem patrimônio, nem trabalho e estava fazendo uma quase ‘consignação’ de seu futuro. A Corte Constitucional expressamente ordenou às cortes civis o controle do conteúdo dos contratos de crédito bancários, nos quais o contratante mais fraco é obrigado a suportar cargas anormais para suas condições pessoais (superendividamento, no original, Überschuldung).” (In: **A boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor**: informação, cooperação e renegociação, p. 75).

<sup>54</sup> In: **Direitos fundamentais e sua influência no Direito Civil**, p. 52.

**6 REFERÊNCIAS:**

- BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos Teóricos e Filosóficos do novo Direito Constitucional brasileiro: pós modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Revista do Ministério Público**, Porto Alegre, n. 46, p. 29-66, jan. mar. 2002 .
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zabar, 2001.
- COSTA, Judith Martins. **A noção de contrato na história dos pactos**. Homenagem a Carlos Henrique Carvalho, RT, p. 497.
- FRIAS, Ana López. **Los contratos conexos**: estudio de supuestos concretos y ensayo de una construcción doctrinal. Barcelona: José Maria Boch Editor S.A.
- GHERSI, Carlos Alberto. Los profesionales y la posmodernidad – los abogados. *RDC*, v. 23-24, p. 25.
- GHESTIN, Jacques; BILLAU, Marc. **El precio en los contratos de larga duración**, trad. Moisset de Espanés e Ricardo de Zavalía. Buenos Aires: Zavalía, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. **Ensayos Políticos**, trad. Ramón García Cotarelo. Barcelona: Península, 1997.
- HECK, Luís Afonso. **Direitos Fundamentais e sua influência no Direito Civil**, *RDC*, v. 29, p. 53.
- IRTI, Natalino. Persona e mercato. **Rivista di Diritto Civile**, ano XLI, n. 3, 1995, p. 297.
- JAYME, Erik. Identité culturelle et intégration: Le droit international privé postmoderne – Cours général de droit international privé 1995, **Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de la Haye**, v. II , p.36, 1995.
- LOPES, José Reinaldo Lima. Crédito ao consumidor e superendividamento: uma problemática geral. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 17, p. 63.
- LORENZETTI, Ricardo. El objeto y las prestaciones en contratos de larga duración: a propósito de la medicina prepaga, servicios educativos , contratos de suministros y asistencia. **Suplemento La ley**, ano LXI, n. 167, p. 2.
- MACÁRIO, Francesco. Rischio contrattuale e rapporti di durata nel nuovo diritto dei contratti: dalla presupposizione all'obbligo di renegoziare. **Rivista di Diritti Civile**, ano XLVIII, p. 83.
- MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. São Paulo: Max Limonad, 1998.
- MARQUES, Cláudia Lima. Contratos bancários em tempos pós-modernos: primeiras reflexões. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 25, p. 19, 1998.
- MARQUES, Cláudia Lima. Boa-fé nos serviços bancários, financeiros, de crédito e securitários e o Código de Defesa do Consumidor: informação, cooperação e

renegociação? **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, v. 22, p. 74, set. 2002.

\_\_\_\_\_. Contratos de *time-sharing* e a Proteção dos Consumidores: crítica ao direito civil em tempos pós-modernos, **Revista do Direito do Consumidor**, v. 22, p. 65.

\_\_\_\_\_. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 4. ed. São Paulo: RT, 2002.

MARQUES, Maria Manuel Leitão. **O endividamento dos consumidores**. Lisboa: Almedina, 2000.

MESSINEO, Francesco. **Doctrina General del contrato**. Tomo I. Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1952.

MOSSET ITURRASPE, Jorge. **Contratos conexos: grupos y redes de contratos**. Buenos Aires: Rubinzal Culzoni, 1999.

NALIN, Paulo. **Do contrato: conceito pós-moderno em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional**. Curitiba: Ed. Juruá, 2002.

PAISSANT, Gilles. El tratamiento del sobreendeudamiento de los consumidores en Derecho Francés. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 42, p. 09.

PEREIRA DA SILVA, Vasco Manuel Pascoal Dias. Vinculação das entidades privadas pelos direitos, liberdades e garantias. **Revista de Direito Público**, v. 82, p. 41.

PERLINGERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: introdução ao Direito Civil Constitucional**, tradução. Maria Cristina e Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PEZZELLA, Maria Cristina Cereser. O princípio da boa-fé objetiva no Direito Privado Alemão e Brasileiro. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 23-24, p. 205.

REZZÓNICO, Juan Carlos. **Principios fundamentales de los contratos**. Buenos Aires: Editorial Astrea, 1999.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução. Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 1988.

RUBIN, Daniel Sperb. Direito privado e Constituição: contratos e direitos fundamentais. **Revista do Ministério Público**, v. 44, p. 83, jan./mar. 2001.

SILVA, Clóvis Veríssimo do Couto. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

SILVA, Luis Renato Ferreira da Silva. Cláusulas abusivas: natureza do vício e decretação de ofício. **Revista do Direito do Consumidor**, v. 23-24, p. 127.

SILVA, Ovídio Baptista da. Coisa Julgada Relativa. **Revista Jurídica**, v. 316, p. 7, fev. 2004.